

Cheysson afirma que País não deve deixar dívida consumir exportações

BRASÍLIA — O Brasil não pode continuar deixando que toda a receita obtida com suas exportações seja consumida pelo pagamento da dívida externa. Esta foi a posição apresentada, ontem, ao Presidente Sarney, pelo ex-Chanceler francês Claude Cheysson, Comissário da Comunidade Econômica Européia (CEE) para Relações com a América Latina, em audiência no Palácio do Planalto. Ele disse que o importante é que o País disponha de recursos para investir na manutenção do seu crescimento.

— Todas as pessoas de bom senso — assinalou Cheysson — estão de acordo com isso. O Plano Cruzado precisa dar certo para que o Brasil possa voltar a receber um fluxo financeiro normal.

Na sua opinião, é necessário que sejam definidas as regras que irão reger o capital estrangeiro no País, para que as empresas internacionais sintam-se novamente atraídas a ampliar seus investimentos no Brasil. A situação brasileira, de acordo com sua avaliação, é bastante favorável, em função da retomada do regime democrático e com o “incontestável sucesso no controle da economia”.

Para Cheysson, o principal responsável pelas dificuldades que o Brasil atravessa em relação às suas contas externas são os Estados Unidos. A

seu ver, a política econômica adotada pelos americanos, acumulando um grande déficit interno, faz com que os juros internacionais se elevem a níveis altos, aumentando ainda mais o serviço da dívida brasileira. Com os juros altos, as empresas param de investir na área produtiva, para aplicarem em especulação no mercado financeiro, observou.

A parcela da dívida externa brasileira relativa a empréstimos entre Governos, que pode começar a ser renegociada no Clube de Paris no próximo dia 15, também foi um dos temas da audiência entre Cheysson e Sarney. Para o Comissário da CEE, deve ser cumprida a prática do Clube, de se reunir somente depois que o País fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — tese enfaticamente rejeitada pelo Governo brasileiro.

Cheysson reconheceu que um acordo com o FMI, neste momento, é muito difícil para o Brasil, uma vez que o receituário normal que o Fundo prescreve para o ajustamento econômico prevê a recessão como remédio, enquanto o País está empenhado no crescimento. Considerou, no entanto, ser preciso manter a negociação, porque é necessário que o País encontre novos capitais para seu desenvolvimento.